

Entre mercado e direitos: dilemas da sociedade civil no Brasil

Between market and rights: dilemmas of civil society in Brazil

Sara da Silva Freitas*

Resumo: Este artigo é resultante de um estudo sobre as ações sociais dos empresários e tem como objetivo mapear as relações do que se convencionou a chamar de terceiro setor (Institutos e Fundações empresariais) e as ONGs do chamado campo democrático. Para tanto, baseamo-nos em reflexões teóricas que dominaram o debate sobre sociedade civil no Brasil entre os anos 1990 e meados de 2000 e apresentamos dados sobre a atuação desses atores. Como resultados e conclusões, verificamos que o mapeamento dessas entidades aponta para uma convergência do ‘campo dos direitos com o campo do mercado’, e como essa convergência muda, inclusive, o perfil das pessoas que trabalham nas entidades vinculadas aos institutos e fundações empresariais. Tais dados baseiam-se em entrevistas e levantamento das ações destes, bem como dos atores sociais que atuam nesse campo da sociedade civil, os quais denominei de *‘os operadores da política societal’*.

Palavras Chave: Sociedade Civil, hegemonia, atores sociais, empresários, ONGs.

Abstract: This article is the result of a study on the social actions of entrepreneurs and aims to map the relationships of what is conventionally called the third sector (Institutes and Business Foundations) and NGOs in the so-called democratic field. To this end, we are based on theoretical reflections that dominated the debate on civil society in Brazil between the 1990s and mid-2000, and we also present data on the performance of these actors. As results and conclusions, we find that the mapping of these entities points to a convergence of the 'field of rights with the field of the market', and how this convergence even changes the profile of people who work in entities linked to business institutes and foundations. These data are based on interviews and surveys of their actions, as well as of the social actors who work in this field of civil society, which I called *'the operators of societal politics'*.

Keywords: Civil society, hegemony, social actors, entrepreneurs, NGOs.

Recibido: 1º noviembre 2020 Aceptado: 28 abril 2021

* Brasileira, Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pesquisadora no programa de pós-graduação em Ciências Políticas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC/UFRGS).



Introdução

Este artigo é um desdobramento de uma pesquisa que teve como objetivo olhar para o campo empresarial como parte da sociedade civil organizada no Brasil, focalizando as ações do empresariado por meio de seus institutos e fundações no período abarcado por esta pesquisa, compreendido entre os anos 2011 e 2015.

Entre as décadas de 1980 a 1990, o Brasil experimentou grande efervescência política: a campanha das Diretas já, a Constituinte e as eleições presidenciais, momentos nos quais vários movimentos oriundos da sociedade civil organizada atuaram em prol da consolidação da democracia no país após décadas de governo ditatorial.

As Ciências Sociais debruçaram-se em analisar tais movimentos, muitas pesquisas sobre a temática foram desenvolvidas, e a maior parte das análises esteve centrada naquele campo denominado de campo democrático e participativo (DAGNINO, 2006). Esse campo seria aquele representado pelos movimentos que lutaram pela redemocratização, por movimentos sociais, intelectuais, artísticos, dentre outros. Trata-se de um campo político que se caracteriza por certos valores e ideais. Nesse campo, também estão inseridas aquelas ONGs (Organizações Não Governamentais) que, à época, assessoraram tais movimentos contra a ditadura e a favor da democracia.

O *boom* dessas entidades que lutaram por democracia aconteceu nos anos 1990, em especial, das chamadas organizações não governamentais; algumas das quais criaram a ABONG (Associação Brasileira de ONGs). No mesmo período, surgem as fundações e institutos empresariais (GIFE - Grupo de Institutos e Fundações Empresariais, que nasceu como grupo informal em 1989 e, em 1995, foi instituído como organização sem fins lucrativos).

Assim, quando iniciamos a pesquisa de campo, percebemos que, ao mesmo tempo em que havia a negativa da relação das ONGs vinculadas à ABONG com relação aos institutos e fundações empresariais, afirmando que esses representavam o mercado, começaram a se desenhar parcerias entre os atores do dito mercado e das ONGs do campo democrático. Havia por parte do empresariado, por meio das suas fundações e institutos, ao menos dos gestores, um discurso sobre a importância da participação, da democracia e da ampliação dos direitos e da cidadania. O que visualizamos com isso é a incorporação pelo setor empresarial da agenda dos direitos, antes restrita aos movimentos sociais e grupos mais progressistas como aqueles que constituíram as ONGs do campo da ABONG.

Assim, este artigo objetiva compreender a convergência e os distanciamentos entre as entidades do campo democrático e as instituições do empresariado. Realizamos um mapeamento (Figura 1) para visualizar as redes que compõem o campo da ABONG e os institutos e fundações empresariais, os sujeitos envolvidos nessa rede e com quem essas entidades mantêm parcerias. Dessa feita, esse artigo delinea-se em quatro partes codependentes. Na primeira parte, discutiremos acerca do Método. Na segunda, discutiremos acerca das concepções que consideramos de maior destaque sobre a sociedade civil no Brasil. Em seguida, traçamos o perfil por meio das trajetórias de atores que atuam no chamado campo democrático e aqueles que, segundo a literatura, estariam no campo do denominado terceiro setor, a fim de descortinar o que significa a aproximação desses campos distintos. E, por fim, o aprofundamento dessas questões elencadas por meio dos achados do trabalho de campo, no diálogo que denominamos “O encontro dos campos: do mercado aos direitos”, no qual apresentamos a relação dos atores da sociedade civil e o trato com as políticas sociais no Brasil contemporâneo.

Metodologia

A metodologia é qualitativa e consiste em análise documental (Relatórios das entidades pesquisadas, documentos produzidos como livros, cartilhas, notícias em jornais, dentre outros) e levantamento bibliográfico, que compreende trabalhos que se debruçaram sobre a questão da participação, sociedade civil e democracia no Brasil, que vão de meados dos anos 1990 até o ano de 2015, ano de conclusão de parte dessa pesquisa. Além do estudo bibliográfico, foram realizadas entrevistas com dirigentes de ONGs, assim como dirigentes do Instituto Ethos, GIFE, Fundação Itaú Social e Instituto Itaú Cultural, todos com sede em São Paulo. Ao todo, foram realizadas 15 entrevistas com diferentes atores e grupos sociais; importante destacar que as entrevistas foram realizadas com gerentes, coordenadores de áreas da instituição, nesse sentido, as falas representam falas institucionais. Além destas, tivemos interlocução com aproximadamente 30 atores sociais que atuam no campo pesquisado, como funcionários dessas entidades. Além dessas entrevistas, foi também solicitada a participação de todas as ONGs vinculadas à ABONG, por meio de chamada da própria entidade para a participação na pesquisa, por informes que a entidade dispõe, bem como, foram enviados e-mails pela própria ABONG via mala direta. Também enviamos e-mails a todas as filiadas à época da pesquisa. Foram enviadas mensagens para as 240 filiadas à ABONG, das quais 40 instituições retornaram, o que representou um percentual de 16,7% aproximadamente. Outrossim, realizamos uma avaliação qualificada nos sites de todas as entidades, a fim de observar com quem elas mantinham parcerias, ou seja, tentamos cobrir o maior espectro possível dessas organizações. A questão a saber era: quais delas mantinham algum vínculo/parcerias com fundações e institutos empresariais?

As entrevistas e as análises dos documentos convenceram-nos de que era necessário levar em conta um conjunto de conexões e relações mantidas pelas empresas por meio de seus institutos/fundações com demais atores do mesmo campo. Nesse sentido, como recurso metodológico, e por meio da sociologia relacional, traçamos as relações que mantêm esses institutos e fundações empresariais. Procuramos entender quais eram as suas redes e conexões.

A sociologia relacional desenvolveu-se nos anos de 1970, focando-se em pesquisas de nível intermediário e concentrando-se nas análises dos padrões de relações individuais. Essas relações estavam presentes em todas as situações sociais. “Nas análises desse tipo, pessoas, grupos, organizações e entidades são repensadas como nós, e as relações, como vínculos de vários tipos” (MARQUES, 2007, p.1).

Nesse sentido, a análise de redes tem contribuído ao propor a existência de estruturas de médio alcance, formadas entre atores no interior de instituições específicas. De forma sintética, apresentam-se as definições a partir de Marques (2006; 2007). Uma primeira utilização do conceito de redes é como metáfora. É a forma que utilizamos aqui na tentativa de demonstrar em que medida os indivíduos ou as entidades aqui descritas estão conectados entre si e de que forma isso pode influenciar as ações e as estratégias do campo da sociedade civil com relação à sociedade política.

Foi a partir do retorno dessas entidades que construímos a Figura I neste trabalho, na qual evidenciou-se uma convergência entre os campos.

Sociedade civil no Brasil: uma breve revisão

No presente tópico, procuramos fazer uma breve revisão de como a literatura nacional tratou o tema sociedade civil nos anos pós redemocratização. Buscamos seu entendimento, contudo, temos, nas análises e reflexões a partir da teoria gramscianas, o fio condutor para pensar o cenário brasileiro. Reconhecemos o seu legado e os desafios práticos e teóricos que seus trabalhos nos colocam para a compreensão do capitalismo. Simionatto (2010) desenvolve três concepções acerca do uso do termo



sociedade civil. A primeira estaria expressa na concepção civil liberal democrática (com base principalmente em Cohen e Arato),

seu viés habermasiano por argumentações subjetivas relacionadas à dinâmica do “mundo da vida”, que em boa medida acabaram por esvaziar a compreensão da sociedade civil como arena de luta política para além das conquistas dos direitos de cidadania. Essa perspectiva aproxima-se das formulações liberais em que a sociedade civil é situada como instância autônoma, espaço de articulação de individualidades, atravessada pela neutralidade de classe. (SIMIONATTO, 2010, p. 38).

A segunda concepção seria a liberal corporativa, ou a neoliberal, com foco na ideia de participação,

que é tomada como inovação metodológica, para conferir maior compromisso e legitimidade às ações de um amplo marco de atores sociais, incluindo ONGs, governos locais, nacionais e internacionais, organizações comunitárias, redes sociais informais, setor privado, sindicatos e grupos organizados diversos. (SIMIONATTO, 2010, p. 44).

Refutando as duas primeiras concepções, Simionatto (2010) desenvolve sua terceira concepção, qual seja aquela que tem como referencial a teoria Gramsciana, na qual a sociedade civil seria instrumento de um projeto. Em certa medida, estamos de acordo com a autora e utilizamos aqui o conceito do autor italiano, visto que cobre o campo e os atores por nós pesquisados. Como veremos no debate sobre sociedade civil no Brasil, a literatura que tratou desse debate incluiu em seus escopos de análise ONGs e movimentos sociais, não incluindo o campo empresarial¹. Assim, partilhamos do conceito de Gramsci, no qual uma das primeiras definições de sociedade civil é aquela que diz que esta seria formada por todos os organismos comumente chamados de “privados”, diferenciando-se daquela sociedade política compreendida no Estado. Assim, família, igreja, escola, sindicato, partidos, meios de comunicação e até o setor empresarial caberia nesse conceito. Desse modo, consideramos o empresariado, e suas ações, como um dos campos atuantes na sociedade civil no Brasil.

O cenário associativista no Brasil é composto por uma gama de organizações e sujeitos sociais que concorrem nesse espaço com projetos e concepções distintas no que se refere à participação da sociedade civil no longo processo da construção democrática no Brasil.

Há uma predominância nos estudos das Ciências Sociais dos anos 1990 em ressaltar a importância do papel democratizador das associações civis. Diversos autores realizaram pesquisas sobre o tema, em que se buscou atualizar a ideia de sociedade civil sob novas perspectivas (LAVALLE, 2003). Tais autores (AVRITZER e COSTA, *apud* LAVALLE, 2003) trataram o “associativismo cívico” como

¹ Merece ressalva o Grupo de Estudos da Construção Democrática, da Unicamp. Em dossiê publicado pelo grupo na Revista Ideias (Unicamp), de 1998-1999, afirmam "consideramos que o termo sociedade civil recobre um leque de experiências, que vão desde as organizações recreativas, desportivas até as entidades filantrópicas e assistências, os diversos grupos de manifestação cultural, as organizações empresariais, as associações de direitos humanos de maneira geral, incluindo as ONGs e os diferentes movimentos sociais" (p. 13-14). Contudo, oriundo desse grupo com foco no campo empresarial, ganha destaque apenas o trabalho de Almeida, 2006.

uma qualidade arraigada no tecido social e voltada para resolver questões importantes para o conjunto da sociedade, escapando, assim, da esfera dos interesses particulares.

Contudo, parece-nos que um dos conceitos clássicos de sociedade civil – e aqui, temos como referencial teórico Gramsci (1978), em vez de outros clássicos, como Marx ou Hegel, – está fora do lugar. Um conjunto de forças sociais organizadas é contemplado, mas os empresários aparecem fora do debate das Ciências Sociais², como se estes não fossem também uma força social. Poderíamos considerar que, nos estudos dos anos 1980-90, o foco se direcionou aos movimentos sociais e ONGs em função do próprio contexto de avanço no sentido da democratização, de agentes pressionando o Estado a partir de suas pautas e reivindicações, de modo que o mercado apareceu, naquele momento, como secundário. Esse cenário irá mudar nos anos 1990, especialmente com Fernando Collor, de modo que a literatura irá se debruçar sobre essa mudança de perspectiva.

O debate das Ciências Sociais que desconsidera os empresários como agentes da sociedade civil estaria relacionado à recepção da teoria habermasiana, sociedade esta que nasce como um terceiro elemento independente de Estado e mercado, apesar de sofrer influência dos sistemas e da ação estratégica, com distintas lógicas de racionalidade. Isto ocorreu principalmente no Brasil pós-redemocratização, a noção de sociedade civil ganha novo protagonismo baseado nos *novos movimentos sociais* (KRITSCH, 2014).

Cohen e Arato (1999) afirmam que apesar do dualismo entre mundo da vida e lógica sistêmica, o modelo habermasiano é tripartite. Assim, propõe uma nova leitura sobre a teoria habermasiana, na qual o mundo da vida seria visto como *locus* de sociabilidade e criação, que permitiria a integração daquelas forças e formas associativas, reunido na chamada sociedade civil, a qual faria um contraponto à esfera da economia e do Estado (KRITSCH, 2014). Assim, esses autores avançam em relação a Habermas, na medida em que eles abarcam o caráter institucional e o associativo, presentes no mundo da vida. Cohen e Arato vão estabelecer um conceito dual de sociedade civil a partir da sua institucionalização e racionalização.

No Brasil pós-redemocratização, tendo como referência os *novos movimentos sociais*, a literatura que debate sociedade civil centra-se nas análises dos movimentos sociais, ONGs, e, em um dado momento, nas ações das organizações e movimentos em instituições de participação, tais como OPs (Orçamento Participativo).

o enfoque da nova sociedade civil reputou-se investindo de maior pertinência para equacionar os desafios do presente porque não fornecia, nem pretendia fornecer, uma caracterização meramente descritiva da existência e do comportamento dos atores sociais emergentes ou de recente consolidação; antes, visava restabelecer um marco de interpretação simultaneamente e normativo [...], pouca coisa sobrevive às exigências desse crivo normativo. Com efeito, particularmente favorecidas por tal recorte analítico, as ONGs

² Apesar dos pesquisadores da USP – Cenedic e Unicamp – Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática mencionarem que as organizações empresariais fazem parte da sociedade civil, a referência não se transforma em pesquisa, daí a dificuldade de analisar o campo: não houvera estudos em profundidades para se pensar a ação empresarial no campo da sociedade civil. Ganham destaque os trabalhos de Maria Célia Paoli sobre empresas e responsabilidade social, ano de 2002, além de o último dos seus textos que também pensou sobre a sociedade civil, denominado “O mundo do indistinto”. Assim como a pesquisa de Almeida, 2006.

constituíram a figura associativa por excelência do debate sobre a sociedade civil dos anos 1990. (LAVALLE, 2003, p. 96-97 e 100).

Nesse sentido, assumimos como argumento que o empresariado é uma força social que deve ser considerada como parte da sociedade civil, ampliando o conceito, visto que, por intermédio de suas fundações e seus institutos, o empresariado está financiando, por meio das parcerias estabelecidas, muitas das ações de movimentos sociais e ONGs, levando seu *modus operandi*, seus valores, ao campo denominado como democrático e participativo, em um processo de construção hegemônica, de disputa pelo universo societal.

O conceito de sociedade civil pode ser alargado de modo a contemplar redes de solidariedade, ações individuais em público, irrupções espontâneas e desorganizadas, iniciativas informais ou iniciativas institucionalizadas e estabilizadas organizacionalmente – associações. (LAVALLE, 2012, p. 189).

A literatura tem apontado essa heterogeneidade da sociedade civil (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; NOGUEIRA, 2004).

a redefinição da noção de sociedade civil e do que ela designa talvez tenha constituído o deslocamento mais visível produzido no âmbito da hegemonia do projeto neoliberal; por isso mesmo o mais estudado. O crescimento acelerado e o novo papel desempenhado pelas organizações não governamentais; a emergência do chamado terceiro setor e das fundações empresariais, com a forte ênfase numa filantropia redefinida. (DAGNINO, 2004, p. 202-203).

Contudo, esses trabalhos que apontam o campo empresarial também como parte da sociedade civil não avançaram em termos de pesquisas empíricas ou mesmo da própria literatura, no sentido de esmiuçar melhor esse tipo de ação empresarial no campo do social. Sobre o tema, merecem destaque os trabalhos de Dagnino (2002, 2004, 2006) e sua argumentação sobre os dilemas vivenciados pela sociedade civil no Brasil. A autora cunha o conceito de projeto político que veio a ser um importante instrumento analítico e político para pensar os anos 1990. Foi através do conceito de projeto político que o debate e os estudos sobre participação ganharam um forte grau de politização, pois havia um esforço de diferenciação entre os sentidos de participação, seja à esquerda ou à direita no espectro político (TEIXEIRA, 2013).

Do mesmo modo, Dagnino nomeou como confluência perversa os projetos políticos antagônicos que disputavam os sentidos da participação. A “confluência perversa” da qual trata a autora aponta para dois campos ético-políticos distintos: um projeto político democratizante e participativo, por um lado, e, por outro, um projeto neoliberal. O que a autora ainda enfatiza é que, mesmo “apontando para direções opostas e antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e participativa”. (DAGNINO, 2007, p. 195)

É nesse contexto heterogêneo que aparece em cena a ideia de “terceiro setor”, e tentar defini-lo é tentar conceituar uma luta pela significância de organizações da sociedade civil que não são estatais e, mesmo sendo privadas, são caracterizadas por não terem fins lucrativos. Dentre as várias organizações, destacam-se as fundações privadas, filantrópicas, associações, institutos, e aquelas ditas não governamentais (ONGs).

É importante distinguir as ONGs dentro do grande campo do terceiro setor. Primeiro, é necessário considerar a ideia de que a sociedade civil não é algo homogêneo como os ideólogos do

terceiro setor³ e seus defensores sugerem, mas sim um campo de grande heterogeneidade com diferentes ideologias, práticas políticas, significados e interesses presentes. Dizemos que as ONGs estão em um terreno heterogêneo e complexo, pois há diversos projetos e subprojetos políticos em jogo.

Nessa perspectiva, Lia Barbosa (2006) esclarece algumas questões, por exemplo, sobre as transformações vivenciadas pelo Estado e pela sociedade durante a implementação do neoliberalismo, abrindo espaço para a emergência do terceiro setor. Barbosa (2006), contudo, centra suas análises nas ONGs, as quais apareceriam para suprir a falência do Estado com relação às políticas sociais ou, até mesmo, substituir o Estado em determinadas políticas públicas.

Contudo, o termo “terceiro setor” tende a diluir e esvaziar as dinâmicas que marcam as ideias das lutas associativas das últimas décadas, estas encampadas por sujeitos que apoiaram a redemocratização no país e, dada a constituição democrática, encontram-se em organizações não governamentais. Por isso mesmo, a recusa de segmentos da sociedade civil, como ONGs e movimentos sociais, por fazer apologia ao terceiro setor como se este fosse o lugar por excelência de todo e qualquer tipo de participação e da cidadania. A noção de cidadania, tal como difundida pelo meio empresarial, desconsidera seu caráter de construção política, substituindo a ação política pela ação solidária, baseada, por sua vez, em concepções de solidariedade privada como medida de justiça social.

Tal concepção está relacionada à ideia de que o Estado não tem mais capacidade para responder às questões sociais; é ineficiente. Sendo o Estado incapaz de responder a tais demandas, a responsabilidade filantrópica privada aparece como “seu oposto, como a corporificação da modernidade civil agora colocada como ênfase no campo do mercado, o qual, operando através da racionalidade instrumental própria da gestão mercantil, captura uma participação ativista e voluntária que realiza o milagre da cidadania da doação” (PAOLI, 2002, p. 408) .

A ênfase dada pelo meio empresarial à ideia de filantropia assistencial por meio da solidariedade ganha roupagem moderna. A ênfase, agora, recai sobre a técnica e a eficiência como medidas para a solução da questão social brasileira. No entanto, percebemos que essa harmonização da sociedade civil, como expressa o terceiro setor, retira da esfera da política o conteúdo do dissenso e do conflito, inerentes à construção da democracia. Ademais, as concepções do terceiro setor preconizam a iniciativa individual contra a ineficiência do Estado e contra a politização dos conflitos sociais.

Percebe-se, dado o cenário de solidificação do projeto neoliberal através da responsabilidade social, que se trata da incorporação da cidadania enquanto discurso. Seus princípios orientadores, na realidade, seriam reorientar e lançar a responsabilidade pelas políticas sociais para a sociedade civil, reduzindo a cidadania à mera solidariedade, à boa vontade com os pobres – como obrigação moral e não um dever do Estado. Também retira o próprio direito a ter direitos dos pobres, como se estes fossem desprovidos, inclusive, dos seus direitos universais, enquanto seres humanos. “O cerne dessa redefinição é a diluição precisamente daquilo que constitui o núcleo da concepção de cidadania, a ideia de direitos universais” (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, p. 57).

Mormente, mesmo fazendo recusa ao termo “terceiro setor”, verificamos que entidades vinculadas ao campo democrático estão em um imiscuir com outras entidades da sociedade civil, o

3 Sobre o debate dos ideólogos do terceiro setor, ver: MONTAÑO, 2007; 2014; TORRES, 2012 e VITULLO, 2015.

núcleo do terceiro setor que constitui o empresariado, seja na forma de parceiras, seja nas ações e projetos comuns. Esse novo modelo que uniu parceria pública e privada exerceu um efeito corrosivo, segundo Paoli (2007), na aspiração de uma igualdade. Ademais, a “cidadania” assumiu um caráter emergencial e as políticas públicas e privadas que transitam nesse meio são objetos de disputas entre os vários programas de “socorro” ou “prevenção” do “abarroamento dos problemas sociais”.

Levando em consideração todo esse contexto analítico, detectamos uma convergência de interesses, aqui observamos as tensões e contradições que tais parcerias evidenciam.

Nos anos 1990, observamos uma explosão não só das organizações não governamentais (ONGs), ligadas ou não aos movimentos sociais como classicamente entendemos⁴, mas também do movimento empresarial, que passa a se organizar e a atuar na sociedade também como um movimento organizado, vide as ações dos seus Institutos e Fundações.

Das instituições pesquisadas, em especial aquelas vinculadas ao setor empresarial é forte a atuação delas no campo das políticas sociais, com destaque para o campo educacional e das políticas culturais. A ideia de uma educação integral tem no campo empresarial seus maiores lobistas, vide o movimento *todos pela educação*.⁵ A atuação do empresariado na educação pública no país não é algo recente, contudo, a escola pública passou a ser alvo de um movimento de intervenção do setor privado em suas ações, que vão desde curso de formação de professores até a intervenção nos currículos escolares.

Assim, visualizamos, nesse campo da sociedade civil organizada, um processo de disputa por valores, por ideais de mundo e por hegemonia. Quando falamos de hegemonia, referimo-nos a dois aspectos: a capacidade de viabilizar um consenso e/ou de ser dirigente da dominação. No caso exposto, o processo em disputa envolve as duas coisas; porque *hegemonia* é ainda, nos dizeres de Gramsci, *uma construção pedagógica*. *Essa construção está nos trabalhos (livros, cartilhas, cursos de formação, dentre outros), nas ações sociais desenvolvidas pelos vários segmentos empresariais e financistas do país, bem como pelos intelectuais e instituições envolvidas, no caso, GIFE e Ethos, e seu arcabouço de ações difundidas pela sociedade como um todo; seja pela forma de divulgação junto aos trabalhadores das empresas envolvidas ou pelos meios de comunicação de massas.*

Assim, por meio de um processo pedagógico, a Fundação busca, a nosso ver, obter um consenso em determinadas políticas sociais e se tornar protagonista das reivindicações. Uma das estratégias de ação do setor empresarial no campo das políticas sociais, desenvolvida por meio de seus institutos e fundações, tem a ver também com a transformação do quadro funcional daquelas entidades. Caracterizando, assim, uma das importantes transformações do campo estudado, visto que a formação e a origem/perfil dos próprios agentes desses campos, seja do que se convencionou a chamar de terceiro setor ou de campo democrático, mudam consideravelmente. Desse modo, no tópico a seguir, realizaremos um breve apanhado, dada a dimensão do que se propõe ao artigo, sobre os atores que atuam nessa arena.

4Ver: DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995. PAOLI, Maria Célia. *Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político*. In: HELLMANN, Michaela (Org.). *Movimentos Sociais e democracia no Brasil: “Sem a gente não tem jeito”*. São Paulo: Marca Zero, 1995.

5MARTINS, Erika Moreira. *Todos pela educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2016.

Trajetórias⁶

Parte de nossa pesquisa empírica esteve focada em analisar a trajetória individual dos sujeitos envolvidos com organizações da sociedade civil organizada. Trata-se dos sujeitos vinculados aos institutos e fundações empresariais, bem como aqueles vinculados ao que fora chamado nos anos 2000 de campo democrático participativo: em específico, as ONGs que compõem a ABONG. Destacamos que as trajetórias são representativas do significado de um processo em curso, o qual aponta para novas agendas de pesquisas no campo.

Como bem observa Bourdieu (2002, p. 292), “a trajetória visa reconstituir uma série de posições ocupadas por um agente ou grupos de agentes” ou, ainda, os acontecimentos biográficos devem ser

entendidos como colocações e deslocamentos nesse espaço ou, mais precisamente, nos estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo, capital econômico e capital simbólico como capital específico de consagração. (idem, *ibidem*).

A proposta é entender por onde transitam tais sujeitos. Compreendemos que atuar na sociedade civil é diferente de estar e atuar na sociedade política, por isso, via trajetórias, intentamos compreender como se organiza a “dança das cadeiras” entre a sociedade civil e a sociedade política, investigando a circulação de indivíduos que transitam entre as esferas da participação social e da gestão estatal, assim como apontar para um novo processo entre os sujeitos que compõem a sociedade civil organizada no Brasil.

Descreveremos abaixo as trajetórias dos atores⁷ que operam a política social e encontram-se em campos distintos. Para não nos alongarmos, selecionamos para este artigo uma fala de cada representante das instituições com as quais mantivemos contato, sendo elas: ABONG, GIFE, Ação Educativa, Instituto Ethos e Itaú Cultural. São pessoas que ocupam cargo de direção ou coordenação nessas instituições.

José – Ação Educativa

Cresceu na zona norte da capital paulista, teve contato com os movimentos eclesiais de base, em específico com a pastoral da juventude, em 1983. Nesse período, diversos movimentos articularam-se em torno da Igreja e trabalhavam temas como direitos humanos, saúde e moradia. Militou no MST (Movimento dos sem terras). Saindo do MST, participou de pesquisa sobre movimentos camponeses no estado de São Paulo, depois ingressou no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), uma ONG que deu origem, em junho de 1991, à Ação Educativa e ao Instituto Socioambiental (ISA).

Após algum tempo, ele recebeu o convite para voltar a atuar em ONG (no que se tornou Ação Educativa), na qual permanece, coordenando o maior orçamento da organização, o setor de

6 Apresentamos ao leitor sete perfis do campo pesquisado. As escolhas destes se dão porque são os dirigentes das instituições, coordenadores, gerentes etc. Outrossim, é necessário ainda aprofundamento desses dados e questões, a fim de constatar se tal convergência se verifica novamente ou se isso está posto especificamente no estado de São Paulo, onde a pesquisa foi realizada e onde se encontram a maioria das entidades estudadas.

7 Todos os nomes dos entrevistados são fictícios.

Cultura e Juventude. Para concluir o percurso desse personagem, um trecho da entrevista, dado o nosso objeto de pesquisa, parece-nos importante explicitar:

Em 2014, o orçamento da área de cultura foi de 5 milhões de reais, a maior área da Ação Educativa em grana, maior que educação. Estamos com convênio da Fundação Casa de 2 milhões, convênio com a prefeitura de São Paulo, para a formação de jovens monitores culturais, orçado em 3 milhões. Ou seja, 2015 vai ser maior ainda, tem 50 funcionários na minha área. Essa verba maior vem do governo, de fundações empresariais, tem o Instituto C&A, Fundação Via Varejo e o Banco Itaú. Itaú e Via Varejo é por meio de renúncia fiscal, entrei na lei Rouanet, pedi assessoria, o banco Itaú passou a me apoiar, e quem seleciona os projetos do banco é o Itaú Cultural.

A entrevista acima é muito significativa daquilo que percebemos que está em curso na sociedade civil, a parceria que se estabelece entre ONGs e governo, mas para além disso, há convergências de projetos entre o chamado campo democrático e fundações empresariais.

Samara – Itaú Cultural

Formou-se em letras em 1981. Depois começou a estudar para ser bailarina, ideia que não durou muito. Ingressou, então, em um grupo de pesquisa. Na época, ninguém falava de grupo de pesquisa em dança, sobretudo pesquisa prática. Era um grupo de 5 a 6 pessoas já com mais de 20 anos, e para fazer dança com mais de 20 anos era necessário um caminho alternativo que eles mesmos teriam que construir. Os encontros aconteciam em oficinas culturais que ocorriam no equipamento da Oswald de Andrade.

Samara viveu por um período na Inglaterra, ao regressar ao Brasil, trabalhou como autônoma na Fundação Vitae, que começou a apoiar arte, educação e promoção social do ponto de vista da pesquisa. Tendo trabalhado nessa fundação por 3 anos, depois recebeu o convite para atuar no Itaú Cultural, criando o departamento de artes cênicas. Paralelamente ela ajudou a criar e atuou na Rede Sul-Americana de Dança durante vários anos, e, após 17 anos de atuação no Instituto Itaú Cultural, irá se aposentar. O exemplo de Samara é, dentre outros, muito significativo desse campo de agente que atua em instituições vinculadas ao mercado, mas com um debate sobre as questões de direitos; no caso o direito à dança, que deve ser compreendido como uma ampliação do direito à cultura.

Maria – ABONG

Maria trabalhou no CEDI. Sua atuação no campo das ONGs, entretanto, começou quando ela era ainda muito nova e, com o fim do CEDI, Maria não se desligou da instituição e ainda trabalha na Ação Educativa. Nesta entidade, desenvolveu atividades voltadas a pesquisas educacionais. Na ABONG, volta-se muito para as instituições vinculadas à rede e seu marco regulatório. Sua trajetória iniciou como militante na luta e pela defesa da educação no país, depois tornou-se voluntária até virar profissional na Ação Educativa.

Lúcia – GIFE

Gerente de articulação do GIFE, tendo trabalhado por oito anos no Instituto Ethos, tem trajetória na luta e defesa pelo desenvolvimento territorial em cidades saudáveis e sustentáveis e, por



causa disso, fez um mestrado na área de planejamento e gestão de território na UFABC. Devido à sua trajetória iniciada no Ethos, acabou indo trabalhar no GIFE, com investimento social privado. Não tem vínculo com nenhum movimento social, apesar de, segundo ela, ter muita simpatia por alguns movimentos e apoiar suas pautas. Declarou-se ainda filiada ao Partido dos Trabalhadores, contudo não se vê como militante. Ela vê seu trabalho no GIFE como uma forma de intervenção para a melhoria social, mesmo sabendo que desenvolve tais ações em um campo em que há muitos interesses em disputa.

Laura – GIFE

Socióloga pela USP, mestre em demografia pela Unicamp. Trabalhou no Instituto Pólis, uma organização importante da sociedade civil vinculada à ABONG, com sede em São Paulo. No Pólis, atuou junto à área de Urbanismo. Antes de trabalhar no GIFE, foi consultora e defensora na agenda do marco regulatório das organizações da sociedade civil, vinculado à secretaria geral da presidência da República. Foi a partir dessas atividades que Laura estabeleceu relações com o GIFE, já que ela havia trabalhado com o investimento social privado por meio de consultorias. É uma das defensoras dos direitos à cidade.

João – Ethos

Trabalha no Ethos desde abril de 2011, é engenheiro de produção (UFRJ) e mestre em sociologia, ciência política, por uma Universidade na Alemanha, desenvolveu pesquisas ligadas ao mundo do trabalho. Começou suas atividades no Ethos como coordenador de um projeto específico sobre transparência e integridade na Copa do Mundo e nas Olimpíadas. Coordenou este projeto por dois anos, em seguida foi chamado para ajudar na gerência de políticas públicas do Ethos. Por fim, há dois anos, trabalha como assessor executivo da diretoria e da presidência.

Carlos – Itaú Cultural

Tem Formação na área de Ciências Sociais e Economia pela USP. Trabalhou no governo de Mario Covas na área de emprego e renda com Valter Bareli. Nesse momento teve contato com geração de renda e formação de empreendedores e apoiou a constituição de organizações não governamentais, as quais davam estrutura para geração de renda no Estado. Depois foi para o governo federal (FHC, segundo mandato), trabalhou na área de comunicação de governo e, nesse momento, começou a se aproximar da cultura, porque ajudou a organizar o comitê de patrocínio das estatais do governo federal. Ficou três anos ajudando a organizar esse pensamento mais articulado, mais orgânico do apoio das estatais, tendo, por meio de atuação em comitê de cultura, contato com o Itaú, em específico com a Milú e o Museu de Arte Moderna em São Paulo. Convidado para trabalhar no Itaú, começou como gestor de comunicação e relações institucionais, depois passou a ser superintendente, hoje é o diretor geral, diretor superintendente, reportando-se diretamente à presidência, que é ocupada por Milú Vilela.

O encontro dos campos: do mercado aos direitos

A partir das trajetórias, podemos visualizar que os campos confluem por direitos. Os mais diversos, seja da cultura, educação, renda e do trabalho, pelo direito à cidade e pela ampliação das políticas públicas. Apesar de alguns desses atores ocuparem, em suas respectivas instituições, papel de “menor” decisão, os que atuam nas fundações empresariais, a nosso ver, lutam por direitos da mesma



forma que os atores do campo democrático. De todo modo, todos, de uma forma ou de outra, se articulam com quem “manda” e, nesse espaço interno, disputam por suas ideias e seus projetos. Mesmo nesse cenário, o leitor pode pensar que se trata de uma confluência perversa, como já abordada por Dagnino (2004). Contudo, dado o que fora observado em campo, o conceito e os estudos sobre a confluência perversa precisam ser atualizados, visto que, a teoria não consegue satisfatoriamente responder a essas dinâmicas.

O que constatamos é um nível de atuação de tais organizações mais sofisticadas e ainda de maior complexidade sobre o que entendíamos sobre o conceito. Os operadores pesquisados de ambos os campos têm as mesmas formações e ideais, transitam entre o Estado e as diversas organizações da sociedade civil, estão juntos nas mesmas campanhas, usando o mesmo discurso, até porque, de ambos os lados, encontramos, nessas entidades, pessoas com campo de formação similar, como na área de educação, direito e humanidades de forma geral, algo não constatado no passado recente, no qual tinha-se um quadro funcional de pessoas com formação na área “business”. Assim, é importante destacar que o discurso mudou completamente: antes, uma parte dos atores dirigia-se para os direitos e outra para o mercado e contra o Estado; hoje, ambos confluem por direitos.

José, Samara e Maria, por exemplo, tiveram trajetórias distintas. José, de classe mais popular, ascendeu em certa medida e hoje usufrui dos espaços das outras duas personagens de classe média. No entanto, embora atuem no mesmo campo, localizam-se em polos distintos. Enquanto José está na periferia e compõe, juntamente com Maria, o espaço historicamente vinculado à luta por direitos, Samara está no espaço dito mercado. Ainda assim, o que percebemos em vários encontros com essa personagem é o caráter que ela tem de também lutar por direitos, pela cultura, sendo uma crítica ferrenha das atuais políticas desenvolvidas nesse setor. O que constatamos aqui é que, em polos e atuações distintas, os atores entendem-se e constroem em conjunto as políticas e suas intervenções.

Embora Maria, José e Samara ocupem posição de direção nas entidades citadas anteriormente, os dois últimos vão a campo e são responsáveis diretos pelas ações desenvolvidas por suas entidades, diferentemente de Maria, que tem um cargo mais burocrático. José desenvolve inúmeras atividades com várias parcerias na periferia de São Paulo. Samara, por sua vez, está no espaço da produção das artes, arte esta que também é levada para a periferia por José, mas ambos jamais se conheceram. No entanto, as organizações nas quais trabalham (Ação Educativa e Instituto Itaú Cultural) mantêm parcerias. Além das parcerias com a Petrobras, a Ação Educativa, juntamente com o Itaú Cultural, mantêm suas parcerias com projetos desenvolvidos na periferia de São Paulo, sejam eles autônomos ou que tenham como intermediador a Cooperifa⁸.

Mas como essas parcerias surgem? *Uma chave explicativa* que indique essa aproximação *pode ser analisada pela mudança daquilo que chamamos os operadores da política no campo societal.*

Denomino *operadores da política no campo societal* aqueles *funcionários* das fundações e institutos empresariais *que atuam na coordenação, planejamento e execução dos projetos desenvolvidos* e que hoje apresentam formação tão *semelhante aos operadores da política pelo campo das ONGS ou até mesmo dos movimentos sociais.* É importante observar que os proprietários das empresas que mantêm os institutos e fundações empresariais não entram nessa classificação, porque, ao nosso ver, eles operam ainda na política institucional, na esfera estatal. Se, por um lado, era comum ao movimento das ONGs do campo democrático participativo ter em seus quadros pessoas com formação em humanidades, o mesmo não se poderia dizer das fundações e institutos empresariais. As equipes desses institutos e fundações eram compostas por pessoas que tinham formação em cursos vinculados a administração, engenharia, ao

8A Cooperifa é um movimento cultural que acontece há pelo menos 10 anos na periferia de São Paulo.

mundo do *business*. “O termo terceiro setor, no Brasil é um discurso profundamente dominado pela área de administração e promovido pelos representantes dos interesses das empresas” (TEIXEIRA, 2003, p.92), ou ainda:

A ênfase do empreendedor social, distintamente do mediador anterior, não está no processo de constituição de sujeitos políticos, mas no desenvolvimento de técnicas de gestão dos problemas sociais que, desde uma perspectiva pragmática, podem ser replicadas em várias localidades. Sua matriz discursiva provém da área da administração de empresas, particularmente dos princípios empreendedoristas. (ALMEIDA, 2006, p. 138)

Hoje o cenário encontrado é distinto. Se observamos a formação das pessoas que trabalham no Itaú Cultural, como se trata de um instituto vinculado à cultura, tal organização captura no mercado o que há de melhor enquanto profissional com formação nas artes. O mesmo acontece, por exemplo, com o Itaú Social. A gerente de relações da fundação tem formação em Ciência Política, é especialista em educação, tem graduação em Direito pela PUC-SP e especialização em gestão pública pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Já a coordenadora de mobilização da fundação é psicóloga formada pela USP e atua desde os anos 1990 como arte educadora.

Eu brinco, tem sempre o pessoal da segunda linha, que o mundo privado não quer, e a gente quer com maior desejo, que é da geografia, da história, das humanidades, das ciências sociais, da filosofia. Dentro do Itaú cultural temos muitas [pessoas dessas áreas]. Ainda tem outra turma do campo da arquitetura, das artes cênicas, artes visuais, e tem ainda o grupo do campo da comunicação. São três universos que constituem o núcleo colaborador do Itaú Cultural. (Carlos, setembro de 2015)

Apesar de não esclarecer a qual mundo privado o entrevistado se refere, é claro o movimento dessas entidades de ter em seus quadros operadores das políticas, seja na área de educação, seja na de cultura, as duas maiores áreas de investimento empresarial; pessoas com formação em humanidades, porque, dentre outras coisas, elas estão próximas das pautas antes vinculadas somente aos movimentos sociais e aos demais segmentos ligados à luta pela ampliação e reafirmação dos direitos.

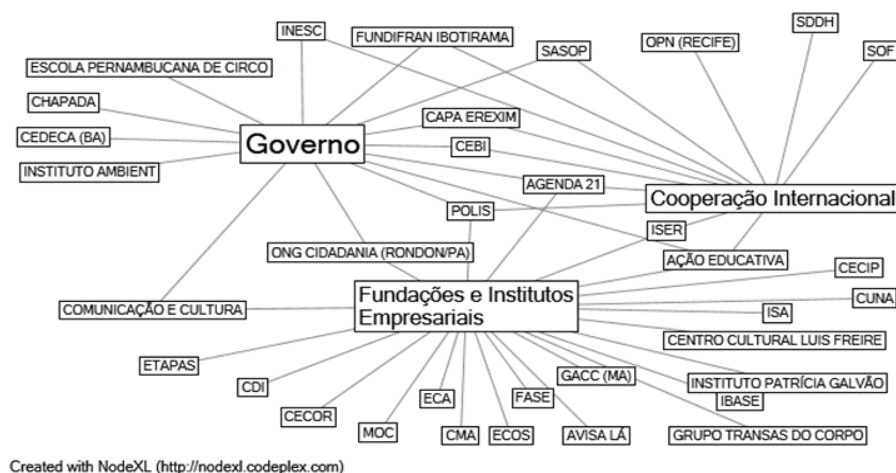
Uma segunda chave explicativa sobre tal aproximação dos campos diz respeito à diminuição de recursos estrangeiros via projetos de cooperação internacional. A perda de tais investimentos devem ser também compreendida pela própria reconfiguração que as agências na Europa vivenciavam, principalmente a partir dos anos 2000. Uma das explicações para essa retirada tem a ver com as ações desenvolvidas pelo governo Lula nas políticas internas de diminuição das desigualdades. O Estado passou a colocar no orçamento os gastos sociais e, então, os setores da sociedade civil que sempre lutaram pela igualdade de direitos e melhorias em áreas sociais tiveram, na ascensão do PT do governo Lula, recursos que outrora não tinham. Além dessas ações, ainda podemos sinalizar políticas no campo das relações externas. No entanto, as políticas de diminuição da desigualdade não foram o único fator para a retirada de tais agências. Ainda nos anos 1990, estas já sinalizavam a saída do Brasil devido à diminuição da pobreza e à migração para outras regiões, como África, Ásia e leste Europeu. Com base nesse cenário, uma importante agência de cooperação começou a desenvolver uma tarefa de aproximação entre os empresários e as ONGs do campo da ABONG, como ilustra a fala abaixo:

A Oxfam-GB, que tinha sede em Recife desde 1968, no final de 2000 ou início de 2001, já anunciava que ia sair do Brasil e para não sair assim simplesmente ela elaborou um programa para ajudar as ONGs que por ela eram financiadas para captar recursos dentro do Brasil. E aí chamou duas ONGs do Sul e algumas do Nordeste, chamou o Ibase e a Ação Educativa. Foi então que comecei a frequentar esse programa de mobilização de recursos da Oxfam-GB, que durou até 2008. Fazíamos campanhas de associação de indivíduos etc. (José, entrevista realizada em agosto de 2015)

A intenção da Oxfam - GB era mudar a mentalidade dos agentes envolvidos nas ONGs, como Ibase, Fase, Ação Educativa, entidades de grande expressividade no cenário nacional e que viviam, há muitos anos, da ajuda da cooperação internacional.

Desde os anos 1990, a cooperação internacional já anunciava que ia mudar o foco. O Brasil é um país de renda média alta, e depois do Lula, com a diminuição da pobreza, não fazia mais sentido. Então a ideia deles era que devíamos mobilizar recursos gerando renda, captando com indivíduos e com empresas locais. Aí que entra nosso contato com o Itaú. Era esse o recado da Oxfam-GB e, para isso, era necessário se comunicar bem. (José, entrevista realizada em agosto de 2015)

Figura I – - Mapeamento da rede das ONGs do campo democrático participativo: ABONG e suas parceiras – Fundações empresariais/Estado e Cooperação Internacional⁹



Foi por meio desse curso de mobilização que o entrevistado teve contato com operadores de política de outros campos da sociedade civil, como o do Itaú Cultural, e aí se estabeleceu um primeiro contato que passou a tomar forma de parceria e de trabalhos conjuntos na periferia de São Paulo. Para

⁹ Elaboração própria, com base nos dados das filiadas a ABONG (nomes das entidades nos quadradinhos menores), das quais tivemos retorno para nossa pesquisa. Os institutos e fundações empresariais citados foram: Itaú Social, Itaú Cultural, C&A, 3M, Fundação Ford, Avina, Airton Senna, Mott, Alpargatas, Camargo Correa, Avon, Banco do Brasil, Votorantim etc.

visualizarmos melhor essas parcerias, construímos uma rede (veja Figura I) por meio da qual é possível captar as conexões entre as entidades filiadas à ABONG e aquelas fundações e institutos empresariais filiados ao GIFE. Nesse levantamento inicial, observamos que 60% já acessaram ou acessam fundos de parcerias com institutos e fundações empresariais. O gráfico aponta claramente a relação entre o campo denominado terceiro setor e o democrático participativo. Segundo um de nossos interlocutores, essa aproximação foi algo gradual, fruto da própria democracia, na qual pautas e projetos comuns se encontraram.

Quando você encontra uma empresa que atua no mesmo sentido que você, dá para fazer o trabalho. Há uma queda do preconceito. O problema de financiamento privado, dentro das filiadas à ABONG, não é porque elas [empresas] interferem politicamente, é porque elas investem muito pouco, cada vez menos. Eles investem mais, cada vez mais, em seus projetos. Existe essa filantropia que elas não fazem, elas doam dinheiro para eles mesmos, né?! (Maria, entrevista realizada em agosto de 2015).

A Figura I também aponta para um problema que detectamos nesta pesquisa: uma forte heterogeneidade entre os diversos campos da sociedade civil. Podemos observar que o setor empresarial, por meio de suas fundações e institutos empresariais, dialoga com as ONGs, e que ambos dialogam com o Estado por meio de campanhas, projetos e, em certa medida, de compartilhamento de ideias.

Há ainda uma terceira chave explicativa, e esta chave aponta para uma mudança em todo o campo movimentalista como o entendíamos desde então. Uma das mudanças começa pela forma dos discursos. Se, antes, no campo movimentalista, tínhamos algo voltado para a ênfase do educador popular, hoje se incorpora a ideia de empreendedor social, ou ainda, a de gestor. É o gestor cultural, educacional, social, e isso está na fala dos representantes do Estado e na da sociedade civil organizada. Em certa medida, isso acontece porque há deslocamentos dos operadores da política societal, eles atuam em dado momento em institutos e fundações empresariais, em outro momento em ONGs do campo democrático participativo ou até mesmo no Estado.

É assim que a prática do educador popular estava orientada pelo horizonte de abrir conflitos políticos que fossem capazes de interpelar as condições de organização e distribuição do poder. Tal como ele foi para o campo movimentalista nas décadas anteriores, o empreendedor social é, atualmente, um agente fundamental no universo das organizações do terceiro setor, disseminando por elas determinados princípios éticos-políticos que forjam sua linguagem e sua prática específica, fazendo-as constituintes de um mesmo campo. A ênfase do empreendedor social, distintamente do mediador anterior, não está no processo de constituição de sujeitos políticos, mas no desenvolvimento de técnicas de gestão dos problemas sociais que, desde uma perspectiva pragmática, podem ser replicadas em várias localidades. (ALMEIDA, 2006, p. 137).

Nos anos 1990, com a redemocratização, o Estado neoliberal vai ser pouco a pouco implementado. Iniciado no Governo Collor de Melo, é a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso, e com a reforma do Estado implementado por Bresser Pereira, que o Estado capitalista neoliberal passa a redefinir sua dinâmica. Em seu bojo, a intenção de camuflar um Estado de bem-estar, produtor de bens e serviços, para um Estado gerencial, responsável pela instauração de uma ‘sociedade

de bem-estar'. É no centro dessa sociedade que aparece a ideia de ONGs, de terceiro setor, de responsabilidade social, ou seja, a sociedade civil é acionada, e acionada em parte pela burguesia nacional, que, por meio de seus institutos e fundações, e sem abandonar a coerção, visto que mantém o controle do Estado gerencial, procura ser o consenso na esfera societal. E esse movimento é visto quando há a divulgação desses levantamentos do IBGE por meio da pesquisa Fasfil (Fundações privadas e associações sem fins lucrativos). É por meio dessas ações do empresariado, no campo societal, que podemos captar as estratégias de dominação de classe da burguesia brasileira na atualidade.

Além dessa inserção do empresariado, como dito anteriormente, há uma mudança significativa no sentido epistemológico do fazer política por parte da sociedade civil. Se antes se pautava pelo educador popular, agora se pauta na gestão; além de estigmatizar o sentido da palavra “política”, que acaba perdendo seu valor (PAOLI, 2007). Ainda de acordo com Paoli (2007, p. 243), esses processos de “gestão empresariais acabam por fomentar o desaparecimento da capacidade crítica dos indivíduos diante da realidade de suas experiências”.

Essa mudança pode ser entendida também a partir do ingresso do PT no governo, e não só no governo federal, mas sim em todas as formas institucionais do Estado (prefeituras, estados, União). Pode ser entendida também pela expansão das redes sociais, movimentos sociais que se comunicam e se articulam de forma diferente do que fora nos anos 1990, por exemplo.

Os atores que participaram ativamente da reconstrução democrática, via movimentos sociais, ONGs e até fundações empresariais, foram, em certa medida, levados a atuar no Estado, na administração petista. No entanto, alguns atores, de certo modo, “largaram mão” da atuação na sociedade civil, do espaço societal, que aqui supomos que fora ocupado por outras forças não necessariamente progressistas. Com isso, operou-se

uma espécie de sequestro da sociedade organizada é o próprio carisma sobrepor-se a quaisquer outras determinações da divisão da sociedade, e ele anula, sobretudo, a divisão de classes. O Carisma é da ordem do mito e esse é o avesso da política. A transferência do PT para o interior do governo imediatamente provoca a paralisia dos movimentos sociais. (OLIVEIRA, 2007, p. 267).

Outro fato é que, à medida que esses atores passaram a atuar no Estado, eles não tinham a *expertise* da administração da coisa pública, da gestão pública, tendo, em muitos casos, recorrido ao setor privado e sendo formado por ele. O processo se deu em várias áreas das políticas públicas, constatando, assim, outra forma que demonstra, a meu ver, esse momento do encontro.

O Itaú dá formação a vários gestores públicos, principalmente nos municípios, sobre como gerir a política cultural. Vamos aos municípios e capacitamos, o município tem o equipamento cultural, mas não tem gente capacitada para gerir, então vamos lá e formamos. Sem contar que também há um curso de especialização voltado para a gestão em política cultural que atrai por ano milhares de gestores públicos. (...) então nossa política é não termos equipamentos nos Estados, mas fazermos parcerias com os espaços públicos. A gente opta por se relacionar com agentes públicos, porque são eles os mais legítimos. E são eles os que têm mais carência de receber promoção. E a gente sabe da necessidade do poder público. (Carlos, entrevista realizada em setembro de 2015)

As políticas sociais que mais têm dialogado com o campo empresarial são as de educação e cultura. Organizações que têm suas pautas na defesa dos direitos das mulheres, das prostitutas, dos negros, dos encarcerados parecem não encontrar ressonância no segmento empresarial. Aqui percebemos interesses antagônicos, visto que as atuações do setor empresarial com o campo dos direitos são seletivas.

alguns temas a gente consegue uma confluência, outros não. Por exemplo, você tem no movimento feminista inserção econômica das mulheres. Isso é uma coisa que os empresários gostam de apoiar, [já] sistemas mais conflitivos não. A grande questão para o empresariado são essas questões conflitivas, a grande questão para as organizações tipo ABONG é buscar meio de atacar essas causas conflitivas. (Maria, entrevista realizada em agosto de 2015)

No entanto, algo nos parece certo: há setores da sociedade civil que precisam de financiamento para suas ações, suas afirmações de direitos. E há outro segmento da mesma sociedade que precisa se legitimar frente à sociedade, realizando algo pelo social e na diminuição das desigualdades no país. Nessa via de mão dupla, observamos que um dá ao outro o que cada um não tem e que ambos precisam.

Essa questão de recursos e financiamento tem sido um problema para todas as entidades do campo da sociedade civil. Vejamos os casos de financiamentos a campanhas eleitorais, aos partidos políticos por parte das empresas e até mesmo aos movimentos sociais. Eis o desafio que nos é colocado: como entender essa dinâmica do campo privado, empresarial, a financiar praticamente tudo no campo da própria sociedade civil (ONGs, partidos, Igreja e movimentos sociais).

O próprio PT, o partido de esquerda, recebe dinheiro das empresas. Então? Quem vai reclamar que recebe dinheiro das empresas? No nosso campo, o ideal mesmo é a independência, isso é, ter várias fontes. Porque se você depender exclusivamente de dinheiro coletado de pessoa a pessoa você fica um pouco refém da opinião pública, dos projetos de impacto que chamam a opinião pública, [dependendo] de *marketing*, dependendo desse mercado de massa, né? Se você só tem empresa, fica presa à agenda das empresas, de São Paulo, onde estão os mercados e os temas bonitinhos, né? E ao governo, você fica atrelada ao governo, as mudanças dele. Então eu acho que quanto mais você constrói uma alternativa, mais plural, você terá mais independência para a ação política. (Maria, entrevista realizada em agosto de 2015).

Nenhum desses grupos que compõem a sociedade civil pode ser pensado como um bloco monolítico. Há contradições em todos os campos e uma imensa heterogeneidade e, pelo constatado na atualidade, todos dialogam com o setor empresarial. Diante do exposto, no que denominamos o “momento do encontro”, evidencia-se algo novo e complexo no cenário societal brasileiro. Há uma dificuldade que nos é colocada: a compreensão das ações dos grupos que constituem a “sociedade civil”, já que suas práticas e financiamento se dão muitas vezes no acesso a fundos públicos, via editais, bem como, na doação privada “racionalizada de bens e materiais simbólicos” (PAOLI, 2007, p. 231).

À guisa de conclusão

Este artigo teve como objetivo mostrar as ações sociais dos empresários e mapear as relações do que se convencionou chamar de terceiro setor (Institutos e Fundações empresariais) e das ONGs do chamado campo democrático. Por meio do mapeamento (vide figura I) e das entrevistas com atores dessas entidades, constatamos que existe uma convergência do ‘campo dos direitos com o campo do mercado’, e como essa convergência muda, inclusive, o perfil das pessoas que trabalham nas entidades vinculadas aos institutos e fundações empresariais.

Como já expressei neste trabalho, o processo de construção do projeto político de democratização da sociedade brasileira confluiu com o modelo neoliberal. É sobre essa base que repousa o argumento da confluência perversa (DAGNINO, 2004), na qual há a existência de dois processos políticos distintos, ligados a projetos políticos antagônicos. De um lado, um processo que visa ao alargamento da democracia com maior participação da sociedade civil, tendo como marco a constituição de 1988. É um projeto que emerge da luta de setores da sociedade civil contra o regime militar. Como resultante desse processo de lutas, há a eleição de Lula da Silva, a partir da qual vários canais de participação foram criados, como conselhos gestores de políticas públicas, orçamentos participativos etc.

Tal como evidenciado, de outro lado, emerge um outro projeto com a implementação do neoliberalismo no Brasil, em especial com a eleição de Fernando Collor em 1989. O Estado neoliberal passa a se isentar do seu papel de garantidor de direitos, repassando responsabilidades à sociedade civil. Este é o núcleo duro de um processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal, (DAGNINO, 2004). É com base nesses projetos políticos que a autora desenvolve o termo confluência perversa: a perversidade estaria no fato de que, mesmo apontando para direções opostas e antagônicas, ambos requerem uma sociedade civil ativa e participativa.

Este debate teórico presente na segunda parte do artigo posto em comparação com os dados empíricos, como as trajetórias e o mapeamento das entidades, expostos nas partes subsequentes do texto, aponta um conflito, que é detectado no “momento do encontro”, no qual projetos tecnicamente antagônicos começam a dialogar entre si. É necessário que o leitor faça uma abstração para o entendimento de como a perversidade estaria posta. A nosso ver, nesta esfera societal, na qual as políticas e as ações sociais são implementadas, parece não haver perversidade, mas sim convergências. Muitos desses atores, de ambos os campos, dialogam no planejamento e na execução de suas ações, às vezes o fazem de forma compartilhada,¹⁰ constituindo um forte hibridismo entre o campo democrático e o chamado terceiro setor. Tal relação entre os distintos campos influi de forma decisiva, por exemplo, em políticas culturais,¹¹ nas quais esses atores atuam no planejamento e na execução da política pública, mas precisam de recursos públicos do Estado para tal.

A perversidade estaria, conforme retratado neste trabalho, nas disputas pelo fundo público e no lobby, os quais entidades vinculadas ao meio empresarial teriam mais facilidades em angariar, como o acesso às verbas públicas, que uma entidade do campo democrático vinculada a grupos de bairros, por exemplo. No campo das parcerias entre as instituições dos diferentes campos, há uma sofisticação nessas parcerias e no que de fato elas representam. Que significado teria a mudança do perfil dos

¹⁰ Gostaria de destacar que o acesso a parte dos dados dessa pesquisa, como as entrevistas no campo empresarial, em especial no acesso às informações e aos atores do Itaú cultural, só foi possível justamente porque atores do campo democrático participativo intercederam na interlocução.

¹¹ Sobre essa relação, em especial nas políticas culturais e educacionais, veja FREITAS, 2016.

funcionários e a aproximação dos campos por meio de trabalhos comuns? Decifrar o significado disso não é tarefa fácil! Se olharmos para as áreas de atuação dos institutos e fundações empresariais, podemos notar a seletividade do campo, visto que questões com temática racial e de gênero¹² encontram pouca ressonância, apesar de os *operadores da política societal*, representantes desse setor, expressarem compreensão da dinâmica perversa da desigualdade brasileira, a centralidade de suas ações se pauta massivamente em educação e cultura e, às vezes, em questões ambientais ou de juventude.

Ainda como observado no campo, os sujeitos *operadores da política no campo societal* hoje, dada a sua própria formação, trazem consigo incutidos a ideia e os valores do direito, da justiça e da luta pela equidade. Ou seja, quem opera a política pelo campo empresarial, por meio de suas fundações e institutos, reproduz, como o campo democrático, as mesmas ideias, ações e desejos pela diminuição da desigualdade no país. Importante também destacar que esses atores, em um dado momento, podem operar tanto por instituições do campo empresarial como pelo campo democrático, pois eles circulam como funcionários das entidades dos diversos campos. Vale observar ainda que, mesmo que esses operadores tragam consigo a ideia de direitos, eles atuam em um espaço financiado pelo capital, e isso já sinaliza para um espaço de conflito e contestações; mas, sobre essas relações e atuações dos trabalhadores, de suas metas, anseios, disputas e espaços de transformação, o entendimento de suas ações ficará a cargo de outros estudos, visto que não era nosso objetivo de análise. Contudo, o que conseguimos observar em campo é que sim os atores dessas instituições usam o espaço e até onde eles podem influir para conseguir avançar em determinadas pautas que eles consideram importantes.

As mudanças impostas pelo neoliberalismo no mundo e sua arquitetura desenhada na sociedade brasileira nos remonta a pensar como fez Paoli (2007) sobre o papel da política e a perda de significado que a palavra encontrou entre esses atores, passando a ser significativa a gestão, gestão da cultura, da educação, da vida. Essa perda semântica é algo significativo entre os atores do campo; se olharmos por esse ângulo, a perversidade persiste de maneira mais drástica do que a do início do processo de construção democrática, pois ao normatizar a gestão e estigmatizar a política, excluem-se o dissenso e o conflito, questões inerentes à construção democrática.

Isso nos remonta, na atualidade, a uma tentativa de atualização sobre as questões postas neste texto. Para isso, utilizamos o debate trazido inicialmente por Tilly (2013), em seu livro *Democracia*, no qual ele questiona o que seria democracia. Para esse autor, a ideia de democracia está relacionada à qualidade de vida e à situação política do país, a ausência destes fatores causaria o que ele chamou de *desdemocratização*. Da mesma maneira, Brown (2019) fala em “*desdemocratização*” (*dé-démocratisation*) decorrente, dentre outros, da fusão de poderes de grupos econômicos com o Estado e da adoção do neoliberalismo como racionalidade política.

Brown (2019) enfatiza que a sociedade e a justiça social foram assaltadas nas décadas neoliberais por meio do dismantelamento do Estado social em nome de indivíduos livres. Esse ataque é fundamental para “gerar uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal de cima” (BROWN, 2019, p. 39). Assim, pensando no conjunto exposto e nas relações entre os campos, lançamos como hipótese que, por meio do assalto ao Estado e da mudança operada por um conjunto de atores no âmbito da sociedade civil, como a normatização do termo política para gestão, a minimização do conflito nos espaços institucionalizados (DAGNINO apud TEIXEIRA, 2018) trazidos por esse artigo e isso, a nosso ver, acionou um dos

¹² Contudo, em visita recente ao site do GIFE, constatamos a presença, no seu quadro funcional, de pessoas negras, o que não havia anteriormente.

gatilhos que reforça a desdemocratização. Essa operação poderia ser pensada ainda como estratégia do projeto neoliberal, como um processo de construção de hegemonia.

A sociedade brasileira que ensaiou uma guinada democrática, com reforço da participação social, do ativismo político, vê-se em um momento de crise. Não há uma crise só do Estado, mas de uma sociedade, e talvez isso ocorra porque os campos se encontraram, porque o projeto neoliberal, ao acessar o campo democrático, conforme demonstramos em “O encontro dos campos: do mercado aos direitos”, além de impor uma forte despolitização, inverteu a lógica de ação, anulou a política e implementou a gestão (OLIVEIRA, 1999;2007). Ou ainda,

(...)num mundo esvaziado de política autêntica e de espaços públicos que poderiam acolhê-la, talvez até mesmo nos atos que criam dispositivos de participação popular voltados para formas democráticas de discussão e deliberação ampliadas, que, não obstante, podem ser eles próprios constituídos previamente por desenhos técnicos que delimitam a espontaneidade do debate e previnem transbordamentos indesejáveis. Em outras palavras, é possível que, no próprio ato em que se desenrola a discussão e deliberação, cassa-se o ato original da política. O que se consegue com a junção dessas formas de controle é um mundo politicamente desorganizado(...). (PAOLI, 2007, p.225)

Tentamos neste trabalho abordar parte da complexidade das relações entre diversas instituições, com diferentes projetos. Contudo a questão posta é muito mais complexa e abrangente. Esperamos que os dados trazidos, em especial sobre o campo, que estes possam contribuir e ser aprimorado por outros estudos, abrindo-se assim uma nova agenda de pesquisas, que se volte a debater as questões relativas à sociedade civil no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. *O marco discursivo da participação solidária e a redefinição da questão social: construção democrática e lutas políticas no Brasil pós-90*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Significados do terceiro setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. *Sociedade e cultura*, v.9, n. 1, Jan/Jun. 2006, p. 173 -186.

BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*. São Paulo. Ed. Politeia; Ed.1 (30 de outubro de 2019)

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Ed. de Minuit,1980.

_____. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das letras, 2002

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Massachusetts: MIT Press, 1999.

COSTA, Sérgio. *Categoria analítica ou Passe-Partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil*. BIB, Rio de Janeiro, n. 43, pp. 3-25, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____ et alli. *Cultura e política nos movimentos sociais latino- americanos*. Belo Horizonte, editora da UFMG, 2000.

_____ Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

_____ Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización* (Daniel Mato Ed), Caracas, Venezuela: FACES, Universidade Central de Venezuela, 2004.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto. J. e PANFICHI, Aldo. (org). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

FREITAS, Sara S. *Em cena os empresários: luta política e gestão do social*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e ciências humanas. Campinas, SP[s.n.],2016.

KRITSCH, Raquel. *Estado e sociedade civil na teoria política: alguns paradigmas, muitas trajetórias*. política e sociedade. Revista de sociologia política. 13, n. 28 UFSC, 2014.

LAVALLE, Adrian (org). *O horizonte da política: questões emergentes e agenda de pesquisa*. São Paulo: ed. Unesp, 1ed., 2012.

_____. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Novos estudos*, São Paulo, n. 66, julho de 2003.

MARQUES, Eduardo Cesar. Os mecanismos relacionais. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*. v. 22, n. 64, São Paulo, 2007.

_____. Redes sociais e poder no Estado Brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*. v. 21, n. 60, São Paulo, fevereiro de 2006.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do "Terceiro Setor". São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação política: o totalitarismo neoliberal. In: *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global* [S.l: s.n.], 1999.

PAOLI, Maria Célia. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política, In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 221-256.

_____. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: Santos, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIMIONATO, Ivete. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: CANTOIA LUIZ, D. E. (Org.). *Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas*. São Paulo: Veras Editora, 2010

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. *Identidades em construção: as organizações não governamentais no processo brasileiro de democratização*. São Paulo: Anablume, 2003.

_____. Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil. (1975-2010). Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e ciências humanas. Campinas, SP[s.n.], 2013.

TEIXEIRA, Ana Claudia C., TRINDADE, Thiago. A. Participação e projetos políticos: os horizontes da democracia brasileira - Entrevista com Evelina Dagnino Idéias, Campinas, SP, v.9, n.1, p. 249-274, jan./jun. 2018.

TILLY, Charles. *Democracia*. Rio de Janeiro. Ed. Vozes; Ed. 1 (1 de janeiro de 2013).

TORRES, Michelangelo Marques. *Cidadania do capital? a intervenção social das corporações empresariais no Brasil*. Campinas-SP, 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

VITULLO, Gabriel Eduardo *A ideologia do "Terceiro Setor": ensaios críticos*. 2. ed. – Natal, RN: EDUFRN, 2015.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Sociedade civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 109, p. 5-30, jan./mar. 2012.